



EXPERIÊNCIAS DE ORGANIZAÇÃO DE MOVIMENTOS POPULARES DO CAMPO¹

Idiane Manica Radaelli², David Basso³

INTRODUÇÃO: O trabalho recupera a trajetória de movimentos populares no meio rural brasileiro com o intuito de compreender sua forma de atuação, a maneira como influenciaram as mudanças ocorridas na sociedade brasileira contemporânea, bem como a sua articulação internacional por intermédio da Via Campesina. **METODOLOGIA:** O trabalho foi desenvolvido utilizando-se basicamente de pesquisa bibliográfica e documental. **RESULTADOS:** Historicamente os movimentos sociais sempre estiveram associados aos interesses de classe, voltados aos processos de mudanças e de transformações sociais, tendo como protagonista principal a classe trabalhadora. A partir da década de 1960 surge uma variedade do que se convencionou chamar “novos movimentos sociais”, não necessariamente centrados no paradigma classista e, em vez de buscar melhorias das condições socioeconômicas, têm seu foco centrado em questões relacionadas a identidades e subjetividade, tais como os movimentos feministas, pacifistas, ecológicos, dos negros, dos jovens, dos homossexuais. O meio rural brasileiro vivenciou vários movimentos sociais na segunda metade do século XX e, em sua maioria, podem ser enquadrados como movimentos classistas. Muitos destes movimentos elegem a luta pela terra como símbolo da exclusão social provocada pelo desenvolvimento capitalista na agricultura centrado na concentração da terra, da produção e da renda. As Ligas Camponesas no Nordeste e o Master no Sul são exemplos deste tipo de movimento. Este processo de desenvolvimento para alguns e de crise para a maioria da população do campo se acentua nos anos 1970 e 1980 fazendo surgir novos movimentos populares de caráter classista como é o caso do MST e do MAB. A ambigüidade do desenvolvimento sob a marca da modernização dos processos produtivos e da globalização dos mercados no campo econômico e da hegemonia do liberalismo enquanto prática política que, de um lado, amplia a concentração da propriedade, da riqueza e das rendas e, de outro, gera uma maciça exclusão social e aumento dos indicadores de pobreza e miséria, faz com que se consolidem as organizações civis, na busca de direitos, melhores condições de vida para a população do campo e mudanças nas estruturas da sociedade. O movimento de globalização do capital e dos mercados obriga os movimentos sociais a também terem estratégias de articulação internacional, superando seus métodos corporativos e localizados. Uma experiência emblemática dessa articulação é a Via Campesina, uma organização internacional criada em 1993, que reúne organizações do campo e povos indígenas de vários países e continentes e que tem por objetivo lutar contra a hegemonia do modelo capitalista. A Via Campesina é uma expressão global da união de movimentos e entidades que se movem pela transformação da sociedade na perspectiva da emancipação humana. No Brasil fazem parte da Via Campesina o Movimento dos Atingidos por Barragem – MAB, o Movimento das Mulheres Camponesas – MMC, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST e o Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA. Também fazem parte da Via Campesina do Brasil, como entidades, a Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil – FEAB, a Pastoral da Juventude Rural – PJR, a Comissão Pastoral da Terra – CPT e o Conselho Indigenista Missionário – CIMI.



ENERGIA E ALIMENTOS

XVI Seminário de Iniciação Científica
XIII Jornada de Pesquisa
IX Jornada de Extensão

UNIJUI . 23 a 26 de setembro de 2008



CONCLUSÃO: Os movimentos sociais do campo cumpriram um papel importante para a democratização da sociedade brasileira na segunda metade do século vinte. Uma questão que precisa ser aprofundada diz respeito às condições para que tais movimentos atuem numa perspectiva efetivamente emancipatória. A articulação internacional por meio da Via Campesina pode ser um trunfo nesta direção, mas é preciso ainda compreender melhor em que medida as populações em processo de exclusão do campo estão se constituindo efetivamente em agentes de mudança.

¹ Trabalho de Dissertação

² Aluna do Curso de Mestrado em Desenvolvimento da UNIJUI e bolsista CAPES.

³ Professor doutor do Departamento de Economia e Contabilidade da UNIJUI, orientador.